



# PLANO DE ENSINO 2025

PROFESSOR: ACIR DE MATOS GOMES.

DEPARTAMENTO: DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO E FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

SÉRIE: 1º TURMAS: A E e B TURNO: DIURNO E NOTURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a. HORÁRIO ANUAL: 144h/a.

## 1. EMENTA

Os fundamentos teóricos e práticos do Direito Processual e das formas de solução de conflitos são indispensáveis para a formação crítica, ética e interdisciplinar a fim de garantir uma atuação responsável de todos os sujeitos do processo que buscam a promoção da justiça e da pacificação social. O processo, como método dinâmico e dialético de solução de conflitos, representa não apenas um exercício de autoridade pelo Estado-Juiz, mas a função legitimadora desta intervenção, no âmbito do Estado Democrático de Direito

## 2. OBJETIVOS GERAIS

Expor os conceitos básicos, de leis e de princípios informativos gerais e constitucionais do direito e do processo e formas consensuais de solução dos conflitos para preparar os discentes para as disciplinas de Direito Processual Civil, Penal e Trabalhista e estudo do sistema Multiportas.

## 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Abordar alguns institutos fundamentais do processo civil, como sujeitos do processo, jurisdição, competência, condições da ação, elementos da ação, princípios constitucionais e processuais.

Introduzir e desenvolver o aluno no Processo de Conhecimento, entendido como procedimento voltado para a solução de litígios por meio da prolação de sentença de mérito, com destaque para a petição inicial e resposta do réu e dos atos processuais

Desenvolver a capacidade de raciocínio crítico do discente sobre a funcionalidade (instrumentalidade) do processo.

Interpretar e aplicar princípios e normas processuais.

Trabalhar em equipe e desenvolver empatia na mediação de conflitos

## 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### 1. PRIMEIRO BIMESTRE

4.1. A sociedade e o Direito.

4.1.1. O direito como ciência

4.1.2. Conceito de Direito

4.1.3. Direito Natural e Direito Positivo

4.1.4. Direito Público e Direito Privado

4.1.5. Direito Objetivo e Direito Subjetivo



- 4.1.6. Divisão do Direito Público e Privado
- 4.1.7. O direito como norma-dogmática jurídica
- 4.1.8. Conceito de Lei e Norma Jurídica
- 4.1.9. Fontes do Direito Processual.
- 4.1.10. Propedêutica processual: bem, utilidade, interesse, pretensão, resistência e lide.
- 4.1.11. Formas de resolução dos conflitos: autotutela, autocomposição, arbitragem, negociação, mediação.
- 4.1.12. Conciliação e processo. (SISTEMA MULTIPORTAS).
- 4.1.13. Relação jurídica ou relação jurídica de direito material: sujeitos e bens.
- 4.1.14. Direito material e direito processual: civil, penal e trabalhista.
- 4.1.15. Teoria geral do processo
- 4.1.16. Teoria do Processo Civil
- 4.1.17. Autonomia da teoria geral do processo.
- 4.1.18. Autonomia e unidade do direito processual.
- 4.1.19. Princípios informativos do processo.
- 4.1.20. Princípios gerais de direito processual e constitucional:
- 4.1.21. Princípio da ação. Princípio da inércia da jurisdição. Princípio da demanda.
- 4.1.22. Princípio do juiz natural ou constitucional. Princípio da investidura.
- 4.1.23. Princípio da imparcialidade do juiz.
- 4.1.24. Princípio da isonomia processual. Princípio da igualdade processual.
- 4.1.25. Princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- 4.1.26. Princípio da legalidade.
- 4.1.27. Princípio do contraditório e da ampla defesa.
- 4.1.28. Princípio da publicidade dos atos processuais.
- 4.1.29. Princípio da economia processual
- 4.1.30. Princípio da preclusão ou da eventualidade.
- 4.1.31. Princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado
- 4.1.32. Princípio dispositivo ou ônus da prova.
- 4.1.33. Princípio da verdade formal.
- 4.1.34. Princípio da verdade real.
- 4.1.35. Princípio da lealdade processual ou boa-fé.
- 4.1.36. Princípio do impulso oficial.
- 4.1.37. Princípio da oralidade.
- 4.1.38. Princípio do duplo grau de jurisdição ou recorribilidade.
- 4.1.39. Princípio da sucumbência.
- 4.1.40. Princípio da identidade física do juiz (aplicado no processo penal)
- 4.1.41. Princípio da motivação das decisões judiciais.
- 4.1.42. Princípio da eficiência.
- 4.1.43. Princípio da razoabilidade.
- 4.1.44. Princípio da proporcionalidade.
- 4.1.45. Princípio da dignidade da pessoa humana.
- 4.1.46. Princípio do devido processo legal (due process of law).
- 4.1.47. OBSERVAÇÃO: outros princípios serão acrescentados no decorrer do ano letivo.

## 2. SEGUNDO BIMESTRE

- 4.2. Direito processual constitucional.
- 4.2.1. Tutela constitucional do processo.
- 4.2.2. Acesso à justiça e garantias da ação e da defesa.
- 4.2.3. As garantias do devido processo legal.
- 4.2.4. Noções dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.
- 4.2.5. Disposições constitucionais processuais.
- 4.2.6. Lei processual. Conceito. Natureza. Lei processual no tempo
- 4.2.7. Lei processual no espaço. Lei material e lei processual.



- 4.2.8. Leis processuais: civis, penais e trabalhistas.
- 4.2.9. Jurisdição.
- 4.2.10. Funções básicas do estado.
- 4.2.11. Conceito de jurisdição.
- 4.2.12. Tutelas jurisdicionais: conhecimento, execução.
- 4.2.13. Poderes ou elementos da jurisdição.
- 4.2.14. Princípios fundamentais da jurisdição.
- 4.2.15. Jurisdição civil, penal e trabalhista.
- 4.2.16. Funções essenciais à justiça na Constituição Federal:
- 4.2.17. Do Ministério Público arts. 127 a 130-A.
- 4.2.18. Da Advocacia Pública arts. 131 e 132.
- 4.2.19. Da Advocacia art. 13
- 4.2.20. Da Defensoria Pública arts. 134 a 135.
- 4.2.21. Competência. Noções. Conceito.
- 4.2.22. Critérios determinativos da competência.
- 4.2.23. Competência absoluta e relativa.
- 4.2.24. Prorrogação da competência.
- 4.2.25. Prevenção.
- 4.2.26. Perpetuação da jurisdição.
- 4.2.27. Competência civil, penal e trabalhista.

### 3. TERCEIRO BIMESTRE

- 4.3. Da ação.
- 4.3.1. Trilogia estrutural do direito processual (ação, jurisdição e processo).
- 4.3.2. Conceito. Teorias. Natureza jurídica.
- 4.3.3. Elementos da ação. (Petição Inicial)
- 4.3.4. Condições da ação.
- 4.3.5. Classificação da ação.
- 4.3.6. Da ação penal. Conceito. Classificação. Inquérito policial.
- 4.3.7. Ação penal pública. Denúncia. Representação.
- 4.3.8. Ação penal privada. Queixa-crime.
- 4.3.9. Processo Penal. Conceito. Sistemas: inquisitório, acusatório.
- 4.3.10. Princípios gerais do processo penal.
- 4.3.11. Princípio da legalidade ou obrigatoriedade.
- 4.3.12. Princípio da indisponibilidade.
- 4.3.13. Princípio da disponibilidade ou oportunidade.
- 4.3.14. Princípio da oficialidade.
- 4.3.15. Princípio da iniciativa das partes no processo penal.
- 4.3.16. Princípio do “favor rei” ou “favor libertatis”
- 4.3.17. Princípio da presunção da inocência ou estado de inocência.
- 4.3.18. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas.
- 4.3.19. Princípio da íntima convicção (Júri).
- 4.3.20. Princípio do promotor natural.
- 4.3.21. Princípio da reserva legal ou da anterioridade da lei penal.
- 4.3.22. Princípio da não-autoincriminação Direito de permanecer calado e de ser informado dos seus direitos
- 4.3.23. Noções básicas dos remédios jurídicos: habeas corpus; mandado de segurança, ação popular, mandado de injunção, habeas data e direito de petição.



#### 4. QUARTO BIMESTRE

- 4.4. Processo e Procedimento
- 4.4.1. Conceitos e distinção.
- 4.4.2. Tipos do processo (conhecimento, execução)
- 4.4.3. Sujeitos do processo.
- 4.4.4. Relação jurídica processual. Teorias.
- 4.4.5. Pressupostos processuais de existência e validade da relação processual.
- 4.4.6. Espécies de procedimento: ordinário e sumário.
- 4.4.7. FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS:
- 4.4.8. Negociação; Conciliação e Mediação.
- 4.4.9. PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ARTS. 1o AO 184).
- 4.4.10. LIVRO I – DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS
- 4.4.11. Título Único – Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais.
- 4.4.12. Das Normas Fundamentais do Processo Civil – arts. 1o a 12.
- 4.4.13. Da aplicação das Normas Processuais – arts. 13 a 15.
- 4.4.14. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
- 4.4.15. Da Jurisdição e da Ação – arts. 16 a 20.
- 4.4.16. Dos limites da Jurisdição Nacional – arts. 21 a 25
- 4.4.17. DOS SUJEITOS DO PROCESSO.
- 4.4.18. Das Partes e dos Procuradores.
- 4.4.19. Da Capacidade Processual – arts. 70 a 76.
- 4.4.20. Dos Deveres das Partes e de seus Procuradores.
- 4.4.21. Dos Deveres – arts. 77 a 78.
- 4.4.22. Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual – arts. 79 a 81.
- 4.4.23. Das Despesas dos Honorários Advocatícios e das Multas – arts. 82 a 97.
- 4.4.24. Da Gratuidade da Justiça – arts. 98 a 102.
- 4.4.25. Dos Procuradores – arts. 103 a 107.
- 4.4.26. Da Sucessão das Partes e dos Procuradores – arts. 108 a 112.
- 4.4.27. DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
- 4.4.28. Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz arts. 139 a 143.
- 4.4.29. Dos Impedimentos e da Suspeição – arts. 144 a 148.
- 4.4.30. Dos Auxiliares da Justiça – arts. 149.
- 4.4.31. Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça – arts 150 a 155.
- 4.4.32. Do Perito – arts. 156 a 158.
- 4.4.33. Do Depositário e do Administrador – arts. 159 a 161.
- 4.4.34. Do Intérprete e do Tradutor – arts. 162 a 164.
- 4.4.35. Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais, arts. 165 a 175.
- 4.4.36. DO MINISTÉRIO PÚBLICO – arts. 176 a 181.
- 4.4.37. DA ADVOCACIA PÚBLICA – arts. 182 a 184
- 4.4.38. A DEFENSORIA PÚBLICA – arts. 185 a 187.



## **5. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS – METODOLOGIAS ATIVAS**

Aulas expositivas dialogadas, estudos de caso, debates, leitura dirigida, seminários e atividades práticas simuladas, trabalhos escritos em grupo e individual.

## **6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO**

- 6.1. Provas objetivas e dissertativas.
- 6.2. Provas orais.
- 6.3. Seminários
- 6.4. Trabalho de pesquisa.

## **7. Bibliografia**

### **I. BÁSICA**

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 31ª ed. revista e ampliada. Malheiros 2014.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de direito processual civil. Teoria Geral. vol. 1 – 22. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2025.

MARTINS, Sergio Pinto. Teoria geral do processo / Sergio Pinto Martins. - 9. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1. 64. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

### **II. COMPLEMENTAR.**

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Código de processo civil comentado [livro eletrônico]. 9. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Processo Civil Moderno [livro eletrônico] ,9. ed. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2025.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. O direito e sua ciência [recurso eletrônico] : uma introdução à epistemologia jurídica. 4. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2025.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. 8. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.

*Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino e pelo seu conteúdo.*

Franca, 25 de agosto de 2025

*Professor Doutor Acir de Matos Gomes*